

Registros de Reunião
Comitê de Governança de TIC - 1ª Reunião 2018

No dia 09/02/2018, às 10h00min, teve início a reunião da Comissão de Informática do TRT da 4ª Região, na sala de reuniões da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, sob a Presidência do Exmo. Des. **Claudio Antonio Cassou Barbosa** e com a presença dos Desembargadores **George Achutti** e **Raul Zoratto Sanvicente**, dos Juízes **Evandro Luis Urnau** e **Anita Job Lubbe** e dos Servidores **Bárbara Burgardt Casaletti** - Diretora-Geral Administrativa e **Natacha Moraes de Oliveira** - Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações. Presentes ainda os servidores Tatiana Krause e João Henrique de Lima, a convite da Diretora-Geral Administrativa..

Des. Claudio Cassou Barbosa abriu a reunião, informando que pretende estabelecer uma agenda de reuniões mensais para o ano para que o Comitê possa acompanhar as ações da SETIC e estar presente sempre que for necessário. No entanto, no início do ano, as reuniões serão mais frequentes tendo em vista a análise das propostas de ações e projeto recebidas para a elaboração do Plano Diretor de TIC. Natacha Oliveira esclareceu que estas reuniões iniciais tratam do planejamento das ações e projetos da TI para os anos de 2018 e 2019, e que a grande maioria das solicitações recebidas quando do levantamento de necessidades de TIC tem a característica de demandas e podem ser atendidas sem formalidades. As ações e projetos envolvem custos e maior envolvimento das equipes da SETIC e portanto, necessitam de aprovação para serem realizadas. Apresentou a composição do Comitê de governança de TIC, bem como o quórum necessário para as deliberações.

1 - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações - PDTIC

Natacha relatou que o orçamento nacional para TI em 2018 é de 230 milhões de reais, a serem descentralizados para os Tribunais, especialmente para uso em projetos vinculados ao PJe. Informou que o Comitê Gestor do PJe será presidido pelo Juiz Fabiano Abreu e que o TRT4 foi convidado a participar da refatoração dos módulos do sistema para arquitetura 2.0, com vistas a ser finalizado até o final de 2019. Bárbara falou sobre a situação nacional do portfólio de projetos da área administrativa - Gestão Administrativa Eletrônica- GAe, composto pelos sistemas SIGEO, SIGEP, PROAD, SILC e SCMP. O SIGEP é de uso obrigatório, pois padroniza toda a área de recursos humanos dos Tribunais, sendo a folha de pagamento em desenvolvimento no TRT24, um módulo desse programa com previsão de entrega ainda em 2018. Nos dias 21, 22 e 23 de fevereiro haverá reunião de integrantes do cgSIGEP com alguns servidores dos maiores Tribunais Regionais do Trabalho para revisão das demandas dos Tribunais atualmente existentes com relação ao SIGEP. O SIGEO é outro sistema considerado prioritário em função do REINF e já está instalado na 4ª Região. O SILC foi desenvolvido pelo próprio TRT4 e já foi solicitado por outros 16 Tribunais. A implantação do PROAD, que substituirá o ADMEletrônico, é o próximo passo e já está implantado na Ouvidoria e na Corregedoria, com previsão de expansão para a área administrativa. Natacha destacou que os sistemas SILC e SCMP ainda não fazem parte, formalmente, do escopo do GAe.

Avaliação das propostas de projetos recebidas da área administrativa

ITEM	Título	Deliberação do Comitê
1	Controle do número de Portarias	Aprovado para atender com uma planilha compartilhada no google drive (demanda) para o

		Tribunal.
2	Banco de dados com informações dos imóveis do TRT4.	Aprovado para atender na forma de um portal, que dependerá de alimentação manual de dados por parte da SEMPRO e outras unidades a serem indicadas pela DG.
3	Calculadora de tempo para aposentadoria	Diretora-Geral retirou demanda.
4	Implantação do SCMP	Aprovada a Instalação do sistema. Após, a, área de negócio fará a análise do que o programa oferece e o mapeamento dos dados a serem migrados, identificando quais são, qual o sistema legado de origem e onde devem ser escritos no SCMP. Considerando a complexidade dos projetos de migração de dados e que essa não poderá ocorrer simultaneamente aos esforços de implantação do SIGEP pela restrição de pessoal, ficará a DG responsável por definir o momento adequado dessa ação.
5	Sistema para Processo Seletivo de Remoção Interna	Diretora-Geral retirou demanda.
6	Melhorias no formulário eletrônico de Diárias - Serviço e Capacitação	Aprovado como Demanda: ajustar a nomenclatura de campos.
7	Férias online para os magistrados de primeiro grau	Diretora-Geral retirou demanda.
8	Cadastro dos dados pessoais de ingressantes	Diretora-Geral retirou demanda.
9	Sistema para coleta e registro de opções de nomeação na ordem de preferência dos candidatos aprovados no concurso	Diretora-Geral retirou demanda.
10	Projeto Carona Solidária (DG - Unidade Socioambiental - PA 0007268-79.2017.5.04.0000)	Diretora-Geral solicita a manutenção da demanda, que considera importante mas sem prioridade imediata.Mantida a solicitação, na forma solicitada.
11	Gerenciamento e controle das ações e banco de dados	Diretora-Geral retirou demanda.

Avaliação das propostas de projetos recebidas de outras áreas do Tribunal

ITEM	Título	Solicitante	OBJETIVO	Custo Estimado	Priorização
DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - SEÇÃO - SDEC					
1	Projeto Relatório de Correição Automatizado	JEFERSON ANDRADE (ASSESSOR TÉCNICO-OP	O objetivo deste projeto é criar um programa que gere parte da ata de correição automaticamente.	0	3500

		ERACIONAL-CJ3)			
DELIBERAÇÃO COMITÊ		Aprovado.			
2	e-Gestão Administrativo	PAULO ROBERTO SCHMITT DO CARMO	Manter o e-Gestão informando, mensalmente, dados ao TST, mesmo quando o sistema atual de RH do TRT4 for substituído pelo SIGEP.	0	3500
DELIBERAÇÃO COMITÊ		Aprovado.			
3	Disponibilização de relatórios de pendência e produtividade às unidades judiciárias	JEFERSON ANDRADE (ASSESSOR TÉCNICO-OPERACIONAL-CJ3)	Disponibilizar aos Magistrados e às unidades judiciárias de 1º grau relatórios com informações atualizadas, de fácil obtenção, relativas a sua produção e pendências. Sugere-se a apresentação dos relatórios em um sistema BI, semelhante ao que hoje ocorre com os relatórios do MGD. Tais relatórios já existem no BI, nas diversas dashboards disponíveis à Corregedoria. A ideia é criar uma ou mais dashboards que concentrem os relatórios de interesse de Magistrados e Diretores de Secretaria.	0	3375
DELIBERAÇÃO COMITÊ		Aprovado, para atendimento usando a ferramenta QlikSense.			
DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - SEÇÃO - SJUD					
4	Repositório Digital para processos arquivados	MAURICIO OLIVEIRA AGLIARDI (COORDENADOR-CJ2)	Permitir a guarda dos autos digitais arquivados, posteriormente expurgados, do PJe de forma apropriada para sua consulta posterior.	em levantamento	3250
DELIBERAÇÃO COMITÊ		Aprovado.			
DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - SEÇÃO - SPE					
5	Revisão de despachos em lote no PJe (semelhante ao Infor)	NATACHA MORAES DE OLIVEIRA (DIRETOR DE SECRETARIA - CJ3)	Alterar a interface de revisão e assinatura de despachos no PJe. Esta interface é utilizada em várias tarefas tanto no 1o. quanto no 2o. grau.	0	3375
DELIBERAÇÃO REUNIÃO		Aprovado. Natacha esclareceu que todas as alterações a partir do lançamento da versão 2.0 devem ser feitas na nova arquitetura do PJe. Comitê solicita que a melhoria deve ser feita para o primeiro e segundo graus.			
ATENDIMENTO A USUÁRIOS					

6	Renovação do parque de microcomputadores	DENILSON RIBEIRO DE QUADROS (COORDENADOR-CJ2)	Aquisição e instalação de novos microcomputadores para a substituição dos microcomputadores da marca Positivo, modelo D570 que estão saindo da garantia em 2018.	5.711.123,20	4750
DELIBERAÇÃO REUNIÃO		<p>Des. Raul observou que manter a renovação em função da garantia pode incorrer em desperdício considerando que muitos equipamentos, ao final da garantia contratada, estão em bom estado. Sugeriu que o TRT trabalhe com contingência de equipamentos ou que se contrate garantia por maior período. Natacha esclareceu que o TRT4 tem comprando equipamentos com quatro anos de garantia, ao invés de três. Explicou também que o TCU e o CSJT não consideram boa prática a aquisição e manutenção de equipamentos novos, em estoque, para reposição. Natacha referiu ainda que com vistas a economicidade, a SETIC sugeriu em anos anteriores, que equipamentos como impressoras e scanners fossem mantidos em operação, sem garantia. Para o atendimento dos chamados, máquinas usadas foram mantidas no depósito e não doadas.</p> <p>Aprovado, com ressalvas, sugerindo que as próximas aquisições sejam feitas com maior prazo de garantia pois o comitê tem a preocupação de fazer aquisições conscientes e dentro da absoluta necessidade, além das questões ambientais envolvidas.</p> <p>Encaminhar proposta para que o Comitê nacional reveja a política de troca de equipamentos.</p>			
7	Remodelagem da solução de exibição de pautas - Aeropautas	ANA LUCIA MOREIRA	Estudar soluções alternativas a usada no serviço chamado "aeropauta" que faz divulgação do status, em tempo real, das audiências de 1ª Grau, para os jurisdicionados que estão nos Foros Trabalhistas. Instalar a solução que se mostre mais satisfatória do que a usada atualmente, que exige o uso de um computador para cada TV que compõe o serviço.	0	3500
DELIBERAÇÃO REUNIÃO		Aprovado o estudo de soluções alternativas. Após, submeter ao Comitê de Governança de TIC.			
8	Renovação dos aparelhos de TV utilizados no serviço "aeropauta"	DENILSON RIBEIRO DE QUADROS (COORDENADOR-CJ2)	Aquisição e instalação de novos aparelhos de TV utilizados no serviço "aeropauta".	176.000,00	3500
DELIBERAÇÃO REUNIÃO		<p>Não aprovado no momento. Natacha apresentará na próxima reunião levantamento da situação das TVs adquiridas para projetos de TI e problemas relacionados. Além disso, a compra de TVs deve estar vinculada ao projeto anterior, compondo uma solução única. Dr. Evandro sugere que no projeto seja verificada a possibilidade de manter, na TV, canal com programação de TV aberta. Após, submeter o estudo ao</p>			

		Comitê.			
9	Padronização e melhorias em salas de audiências	DIEGO FRAGA CONTESSA	Organizar os equipamentos de informática e a grande quantidade de cabos existentes nas salas de audiências a partir do estabelecimento de um padrão para o local onde estes equipamentos devam ser colocados, confecção e fornecimento para todas as salas de audiência do TRT4 de um móvel padrão que comportará todos esses equipamentos e a instalação dos pontos eletrológicos junto a esse móvel.	em levantamento	2750
DELIBERAÇÃO REUNIÃO		Projeto vinculado à Diretoria-Geral, pois envolve a proposição de novos móveis. Bárbara explicou que existe uma resolução do CNJ que padroniza todo o mobiliário do Poder Judiciário e que precisa ser observada. Proposta será encaminhada para a DG conduzir o projeto.			
10	Audiências de conciliação à distância utilizando videoconferência	NATACHA MORAES DE OLIVEIRA (DIRETOR DE SECRETARIA - CJ3)	Objetivo principal: Permitir a participação das partes e advogados do interior do estado do Rio Grande do Sul, nas audiências de conciliação do segundo grau, sem a necessidade do deslocamento até Porto Alegre (cidade onde elas ocorrem). Secundário: Possibilitar interações à distância, seja para audiências, oitiva de testemunhas ou reuniões com a Administração.	0	2250
DELIBERAÇÃO REUNIÃO		Fazer piloto em algumas Varas do Trabalho. Encaminhar para a Presidência do TRT o pedido de solicitação de acordo com a SUSEPE para uso com apenados que precisam se deslocar para audiências.			
11	Coleta automática e vinculação de informações técnicas ao chamado de usuários	ANA LUCIA MOREIRA	Fazer com que o sistema Assyst, no momento de abertura do chamado pelo usuário final, adicione em anexo ao chamado automaticamente alguns arquivos que possam ser importantes para a análise do problema pela CAU. A ideia é montar um pacote de informações e anexá-las ao chamado.	0	1250 Retirar proposta
DELIBERAÇÃO REUNIÃO		Proposta retirada.			

PLANO DE CONTRATAÇÕES

Foram analisadas das seguintes aquisições, em razão da urgência:

- Notebooks: Natacha informou que os ultrabooks usados pelos magistrados estão sem garantia desde janeiro. Também, que há registro de preços vigente no TRT da 2ª Região do qual o TRT4 é partícipe. O equipamento é da marca Positivo, com quatro anos de garantia, de acordo com solicitação enviada pelo próprio TRT4, ao valor de R\$ 4.625,00, com assistência técnica *on-site*. Natacha informou também o problema com as baterias desses equipamentos, que inflaram e apresentam risco de explosão. Solicitou aquisição de pelo menos 50 unidades, para substituição daquelas que não foram substituídas durante o período de garantia, considerando que tais máquinas permanecerão em uso.

Deliberação do Comitê: solicitar a verba para que se faça uma licitação no TRT4 com a possibilidade de obter equipamento melhor. Autorizado que os equipamentos atualmente estragados sejam substituídos pelos equipamentos da marca positivo destinados à sessão itinerante. Ainda, autorizada a aquisição de 50 baterias, conforme solicitado.

Em razão do horário, os demais projetos e itens da Proposta Orçamentária serão apreciados na próxima reunião do Comitê, agendada para o dia 16 de fevereiro, 10 horas.

A reunião foi encerrada às 12h45min.